

Santos quer barrar nomeação de condenados na Lei Maria da Penha

LEI MARIA DA PENHA. O texto já havia sido debatido de forma preliminar durante sessão realizada em setembro do ano passado

Santos quer barrar nomeação de condenados

» A Administração Municipal de Santos deu um novo passo na última quinta-feira (23) para impedir que pessoas condenadas por crimes que se enquadram na Lei Maria da Penha venham a trabalhar junto à Prefeitura.

Em primeira discussão ocorrida no plenário do Legislativo, os vereadores aprovaram um projeto de lei, de autoria de Rogério Santos (PSDB), que dispõe sobre a vedação da nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, no Município de Santos.

O texto já havia sido debatido de forma preliminar durante sessão ordinária ocorrida em setembro do ano passado

O PL segue tramitando na Casa e deverá voltar ao plenário nas próximas semanas para nova discussão antes de retornar às mãos do prefeito para eventual sanção

e foi colocado em primeira discussão na última quinta.

"Essa ferramenta com certeza vai colocar o município de Santos, mais uma vez, na vanguarda, garantindo ai que a gente não venha a aceitar a ocupação de cargos públicos,

seja por meio de concurso, seja por meio de cargos em livre provimento, ou até na questão de permissionárias que contratam com o município, de pessoas que tenham a sua situação já com decisão transitado e julgado até que comprovado o cumprimento da pena para que essas pessoas não possam ocupar cargos nesse sentido", afirmou o vereador Fabricio Cardoso à época.

"Então o agressor, o covarde que faz isso, vai ter mais um impeditivo, pois vai deixar de fazer parte de uma máquina pública tendo em vista o seu ato medíocre. É mais uma das formas que o município encontrou de se colocar em prática e novamente parabenizo o gover-



Santos deu um novo passo para impedir a contratação de pessoas condenadas na Lei Maria da Penha

no por entender a importância desse tema, pois cada vez mais a gente ruma para que retrocessos como essa questão da agressão venha a ser cada vez mais punido", finalizou o parlamentar durante seu momento de fala.

Na semana passada, Rui de Rosís também aproveitou a oportunidade para destacar a importância do Projeto e explicou que a criação do PL demonstra que o Executivo está atento aos trabalhos que vêm sendo debatidos na Casa de

Leis santista. Com isso, o PL segue tramitando na Casa e deverá voltar ao plenário ao longo das próximas semanas para nova discussão antes de retornar às mãos de Rogério Santos para eventual sanção. (LG Rodrigues)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3